

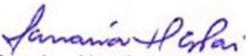
BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

BALANÇO PATRIMONIAL*(em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		3.297	5	CIRCULANTE		2.011	0
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.820	5	Fornecedores	7	1.998	0
Despesas Antecipadas	5	476	0	Obrigações Fiscais		13	0
Impostos a recuperar		1	0				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.843	5
NÃO CIRCULANTE		2.557	0	Capital social	8	4.859	46
Despesa Antecipada	5	1.771	0	Prejuízo Acumulado		(1.016)	(41)
Imobilizado	6	786	0				
TOTAL DO ATIVO		5.854	5	TOTAL DO PASSIVO		5.854	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

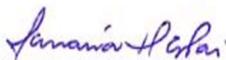

Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A
CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações de Resultados
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas/Receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	9	(668)	(10)
Provisões / Reversões		(320)	0
Depreciação e Amortização		(7)	0
Resultado Operacional		<u>(994)</u>	<u>(10)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		28	0
Despesas financeiras		(2)	(7)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		<u>(968)</u>	<u>(17)</u>
IR e CSLL	10	(7)	(0)
Resultado Líquido		<u><u>(975)</u></u>	<u><u>(17)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/0-1

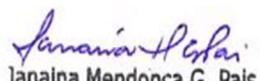
BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020***(Em milhares de Reais)*

	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Acumulados</u>	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>(24)</u>	<u>2</u>
Aumento de capital	20			20
Resultado do período			(17)	(17)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>	<u>5</u>
Aumento de capital	6.813	(6.813)		-
Integralização de capital		4.813		4.813
Resultado do período			(975)	(975)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	<u>6.859</u>	<u>(2.000)</u>	<u>(1.016)</u>	<u>3.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

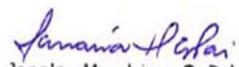
BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020*(Em milhares de Reais)*

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(975)	(17)
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Depreciação	7	-
Prejuízo do exercício ajustado	<u>(968)</u>	<u>(17)</u>
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(1)	-
Despesa antecipada	(2.246)	-
Fornecedores	1.998	-
Obrigações fiscais a recolher	13	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(1.205)</u>	<u>(17)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado	(793)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(793)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	4.813	20
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>4.813</u>	<u>20</u>
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.815</u>	<u>3</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	2
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	2.820	5
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.815</u>	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bemisa Mineração e Logística S.A (“Bemisa Logística” ou “Companhia”) foi constituída em junho de 2012, e tem sede na Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, o armazenamento de minérios, a carga e descarga de minérios em vagões de trem, o transporte rodoviário de cargas em geral, dentro e fora do território brasileiro, a elaboração e execução de projetos logísticos de transportes, atividades do Operador de Transporte Multimodal - OTM, envolvendo a organização do transporte de carga nacional e internacional por mais de uma modalidade, além da participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio quotista.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e de suas controladas.

Em 18 de março de 2022, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados

operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária, conforme Nota Explicativa nº 4.

A Companhia tem o seguinte ativo financeiro não derivativo: caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

c. Imposto de renda e contribuição social

c.1.) Impostos sobre lucro

No exercício de 2021 e 2020, a Companhia adotou o regime de apuração pelo lucro presumido, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 60 no trimestre, e são aplicadas sobre o percentual de presunção de 8% sobre a receita bruta de vendas. Para a apuração da contribuição social, a alíquota de 9% é aplicada sobre o percentual de presunção de 12% sobre a receita bruta de vendas.

c.2) Incertezas sobre tratamento de impostos

A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

e. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: “o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.”

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativas contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações -contábeis das Companhia.

- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos conta movimento	-	5
Aplicações financeiras	2.820	-
Total	<u>2.820</u>	<u>5</u>

5. Despesa antecipada

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arrendamento	2.247	-
Total	2.247	-
Circulante	476	-
Não circulante	1.771	-

6. Imobilizado

	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Adições	793	793
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	793	793
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Depreciação no exercício	(7)	(7)
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7)	(7)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2020	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	786	786

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores é de 1.998 e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo.

8. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 6.859 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 9.461.574 ações ordinárias (108.605.458 ações em 2020), nominativas e sem valor nominal.

Em 08 de março de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 833.333.334 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O montante foi integralizado em moeda corrente na data.

Em 04 de outubro de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 5.000.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O montante foi integralizado em moeda corrente na data.

Em 29 de novembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento da totalidade das 5.941.938.792 ações considerando a proporção de 3.039.071 ações para 1 ação após grupamento sem alteração do valor do capital social, consolidando o número de ações em que se divide o capital social da Companhia em 1.955 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 29 de março de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 6.000 mediante a emissão de 7.671.681 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O valor de R\$ 4.000 foi

integralizado na data e o saldo remanescente de R\$ 2.000 será integralizado em até 06 meses a contar da data da aprovação.

Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 793 mediante a emissão de 1.787.938 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O montante foi integralizado na totalidade na data mediante a conferência de bens detidos pela acionista conforme laudo de avaliação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

O valor de R\$1.000 foi integralização na data e o saldo remanescente de R\$3.000 será integralizado em até 12 meses a contar da data de aprovação.

9. Despesas gerais e administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços contratados	(185)	(7)
Ocupação	(460)	-
Outras	(23)	(3)
	<u>(668)</u>	<u>(10)</u>

10. IRPJ e CSLL

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total Receita Bruta de Serviços	-	-
(+) Receitas Financeiras	28	-
(=) Base de Cálculo Presumido IR	28	-
(=) Base de Cálculo Presumido CS	28	-
Imposto de renda - 15%	4	-
Imposto de renda - Adicional 10%	-	-
Contribuição social - 9%	3	-
	<u>7</u>	<u>-</u>

11. Partes relacionadas

a. Controlador

O controle da Companhia é exercido pela Bemisa Holding S.A que detém 100% das ações.

b. Administradores

A Companhia é administrada por uma Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Contrato Social à luz da legislação societária.

Ao longo do exercício de 2021, não foram efetuadas transações com partes relacionadas exceto pelos aportes de capitais efetuados pelos acionistas e remuneração dos administradores.

c. Remuneração dos administradores

O montante referente à remuneração da Administração foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2021 em R\$ 34 para o exercício de 2021 (R\$ 34 em 2020).

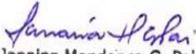
A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

12. Contingências

A Companhia não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

13. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.


Janaina Mendonça G. Pais
CPF: 099.189.527-41
CRC/RJ: 103190/O-1

* * * * *